MUSEU, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CIÊNCIA: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DO PROJETO "O MUSEU VAI À ESCOLA" NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo [1]
Márcia Maria Barbosa de Menezes[2]
Mariluce Dias da Silva[3]
Natália Santos Amorim[4]

INTRODUÇÃO

A relação entre museus e escolas constitui um campo de possibilidades para a formação histórica e científica de crianças e adolescentes. Ao reunir evidências materiais de diferentes tempos, acervos arqueológicos, fósseis, paisagens e informações sobre a biodiversidade, o museu permite relacionar conteúdos curriculares a perguntas sobre o território, as sociedades e as transformações ambientais. A presença diante de um artefato, entretanto, não assegura aprendizagem: é a mediação educativa, articulada às experiências dos estudantes e ao trabalho dos professores, que pode transformar o contato com o acervo em investigação, interpretação e diálogo. A compreensão dos museus de ciências como espaços complementares de educação encontra apoio em Constantin (2001)[5] e Bragança Gil (1988)[6][7].

Em Campina Grande, Paraíba, o projeto pedagógico "O Museu vai à Escola: Exposição Itinerante do Museu de História Natural da UEPB – Conhecer para Preservar" foi formulado em 2022 pela Coordenação de Educação Patrimonial (COEP), vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), em articulação com o Laboratório de Arqueologia e Paleontologia e o Museu de História Natural da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Sua proposta aproxima os espaços formais e não formais de educação por duas vias complementares: a

[1] COEP/SEDUC, Campina Grande; pós-doutora em História (UFCG). [2] COEP/SEDUC; mestra em Arte (UFPB) coepseduc@edu.campinagrande.pb.gov.br;
[2] COEP/SEDUC; mestra em Arte (UFPB). marciamenezes.mm@hotmail.com
[3] COEP/SEDUC; graduada em Pedagogia (UFPB). malludias@edu.prof.campinagrande.pb.gov.br.br
[4] COEP/SEDUC; mestra em História (UFCG). natalia.amorim@edu.prof.campinagrande.pb.gov.
[5] CONSTANTIN, A. C. C. Museus interativos de ciências: espaços complementares de educação? Interciência, v. 26, n. 5, p. 195-200, 2001.
[6] BRAGANÇA GIL, F. Museus de ciência: preparação do futuro, memória do passado. Revista de Cultura Científica, v. 3, p. 72-89, 1988

circulação de acervos e atividades nas unidades de ensino e as visitas de estudantes ao museu (CAMPINA GRANDE, 2022)[8].

O artigo analisa a cooperação entre escola, museu e universidade, a partir das experiências desenvolvidas ao longo dos últimos quatro anos de execução do projeto na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande, destacando suas contribuições para a ampliação das oportunidades educativas, o fortalecimento da Educação Patrimonial e a construção de aprendizagens significativas, com repercussões relevantes nas práticas pedagógicas e no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.

Ao deslocar coleções e práticas de interpretação para o cotidiano escolar, o programa enfrenta uma questão social relevante: nem todas as crianças têm iguais oportunidades de frequentar museus, laboratórios e sítios arqueológicos. Condições de deslocamento, custos, distância territorial e disponibilidade de acompanhamento educativo afetam o acesso a experiências que podem enriquecer a formação básica. Por essa razão, a dimensão patrimonial do projeto associa-se à questão do direito à cultura e à ciência, especialmente quando as ações contemplam unidades do campo e bairros periféricos.

O recorte temporal da análise tem início em 2022, com a formulação e a implantação do projeto, e se estende até 2026, contemplando sua trajetória de desenvolvimento e ampliação na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande. Nesse percurso, consolidaram-se duas modalidades complementares, organizadas em dias distintos da semana: a exposição itinerante nas unidades escolares e as visitas mediadas dos estudantes ao Museu de História Natural da UEPB. A abrangência descrita é examinada à luz das fontes disponíveis, sem pressupor que todas as ações planejadas tenham sido executadas em sua totalidade.

Desde sua implantação, o projeto passou por um processo contínuo de ampliação e diversificação do público-alvo. Inicialmente, em 2022, a proposta priorizava os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), já contemplando a possibilidade de extensão aos anos iniciais. Assim, nos anos subsequentes, de 2023 a 2026, as ações foram progressivamente ampliadas, passando a beneficiar também estudantes do 3º, 4º, 5º e 6º anos do Ensino Fundamental. Essa trajetória evidencia a capacidade de adaptação da proposta às especificidades das diferentes etapas de escolarização, ampliando as oportunidades

[8] PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE (PB). Secretaria Municipal de Educação. Coordenação de Educação Patrimonial. O Museu vai à Escola: exposição itinerante do Museu de História Natural da UEPB – Conhecer para Preservar. Projeto didático-pedagógico. Campina Grande: SEDUC, jun. 2022.

de acesso ao conhecimento científico e ao patrimônio cultural e natural, sem excluir os públicos anteriormente contemplados.

Nesse contexto, a experiência demonstra as potencialidades da itinerância museológica e da visitação mediada como estratégias pedagógicas capazes de articular o ensino de História, as Ciências da Natureza e a Educação Patrimonial. Ao aproximar os estudantes dos acervos científicos e culturais, o projeto favorece práticas interdisciplinares, estimula a curiosidade investigativa e contribui para a construção de aprendizagens significativas, fortalecendo os vínculos entre escola, museu, universidade e comunidade.

O objetivo geral é analisar a constituição e a proposta educativa do projeto, identificando potencialidades interdisciplinares e desafios para sua continuidade. Especificamente, busca-se reconstituir sua origem institucional; examinar o desenho das duas modalidades de atendimento; discutir a mediação de acervos arqueológicos, paleontológicos e de história natural; e propor caminhos de documentação e acompanhamento que fortaleçam a relação entre museu, universidade e Educação Básica.

A argumentação parte do entendimento de que a democratização do conhecimento exige mais que o transporte de objetos ou de grupos escolares: depende de contextualização, acessibilidade, compromisso com o território e oportunidades de retorno à reflexão em sala de aula.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo-interpretativo, e configura-se como relato analítico de experiência fundamentado em documentação institucional e nas vivências profissionais das autoras no acompanhamento das atividades. O corpus reúne o projeto didático-pedagógico elaborado pela COEP/SEDUC em junho de 2022, o resumo submetido ao CONEDU, a reportagem institucional publicada pela Prefeitura de Campina Grande em 6 de outubro de 2022 e registros posteriores reunidos pela equipe. Também considera as experiências de acompanhamento das visitas mediadas de estudantes ao Museu de História Natural da UEPB e da recepção dos acervos itinerantes nas unidades escolares. O cotejamento dessas fontes permite distinguir planejamento, ações documentadas, observações profissionais e repercussões pedagógicas relatadas, sem equiparar divulgação institucional ou percepção das autoras a avaliação sistemática de aprendizagem.

As informações foram organizadas em cinco eixos de análise: acesso ao museu e equidade territorial; patrimônio arqueológico e narrativas sobre a ocupação humana; paleontologia e história natural; intercâmbio entre docentes, técnicos e universidade; e

planejamento, logística e avaliação das ações. O procedimento não corresponde à observação participante sistemática nem a uma pesquisa experimental. Também não dispõe de entrevistas transcritas, testes de aprendizagem, questionários padronizados ou série consolidada de atendimentos.

O projeto de 2022 previa um calendário piloto para cinco escolas municipais — Lions Prata, Frei Dagoberto Stucker, Anísio Teixeira, Tiradentes e Laura Menezes Amorim —, com datas distribuídas de agosto a dezembro, conforme reportagem publicada pela Prefeitura em 6 de outubro de 2022 que registra a realização de uma atividade inaugural em 5 de outubro, na Escola Municipal Lions Prata, no bairro do Catolé, e anuncia datas posteriores para as outras quatro unidades (PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE, 2022).

A formação docente integrou o projeto desde sua origem. Em 13 de abril de 2022, realizou-se o encontro "Arqueologia na Paraíba: os sítios arqueológicos em Campina Grande e seu entorno", destinado a professores de História, Geografia, Filosofia e EJA. O projeto original identifica Juvandi de Souza Santos e Thomas Bruno Oliveira como responsáveis pela formação. Em abril de 2024, essa dimensão formativa ganhou continuidade com a realização de uma atividade de campo no município de Ingá, envolvendo 25 professores de História da rede municipal, conforme registro institucional publicado em 29 de abril daquele ano (PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE, 2024). Essas ações formativas buscaram aproximar os conhecimentos produzidos na universidade das práticas de ensino, apresentando aos docentes vestígios arqueológicos e possibilidades de trabalho com a história dos povos originários. O planejamento de 2022 já relacionava a circulação do acervo museológico à preparação dos professores, destacando a relevância da parceria entre a rede municipal e a UEPB.

REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto didático-pedagógico de 2022 sustenta a importância de processos educativos construídos com os sujeitos e seus contextos culturais, valorizando a relação entre patrimônio e vida social (CAMPINA GRANDE, 2022)[9]. Aplicada aos acervos arqueológicos, essa orientação recomenda evitar que objetos indígenas sejam tratados apenas como curiosidades de um passado distante. Urnas funerárias, pinturas rupestres e outros materiais devem suscitar

[9] PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE (PB). Secretaria Municipal de Educação. Coordenação de Educação Patrimonial. O Museu vai à Escola: exposição itinerante do Museu de História Natural da UEPB – Conhecer para Preservar. Projeto didático-pedagógico. Campina Grande: SEDUC, jun. 2022.

reflexão sobre povos originários, diversidade de práticas culturais e historicidade das interpretações científicas.

A dimensão museológica do projeto articula salvaguarda, pesquisa, comunicação e educação. O documento de 2022 recupera uma definição museológica centrada na conservação, no estudo e na comunicação de testemunhos dos ambientes e das sociedades, situando o museu como espaço de aprendizagem.[10] Essa formulação ajuda a situar o museu como espaço social de produção de conhecimento, e não como depósito de exemplares ou coleção de raridades.

No âmbito escolar, essa compreensão favorece a aproximação entre ensino de História, Geografia e Ciências. Um fóssil não é somente objeto de identificação taxonômica: remete à temporalidade geológica, às relações ecológicas e às mudanças ambientais. Um fragmento cerâmico, por sua vez, pode mobilizar questões sobre técnicas de produção, modos de vida, circulação e interpretação arqueológica. O desafio pedagógico está em produzir perguntas acessíveis às diferentes faixas etárias sem simplificar de modo indevido as evidências científicas.

O projeto original associa a iniciativa ao currículo escolar e às possibilidades de investigação e diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Nos anos iniciais, a observação de objetos e espaços pode ajudar a construir noções de pertencimento, ambiente e memória; nos anos finais, a mediação pode aprofundar a historicidade da ocupação humana, a pluralidade de culturas e as transformações do mundo natural.

Museus de história natural apresentam especial potencial para práticas que atravessem a oposição entre natureza e cultura. A materialidade de fósseis, rochas, vestígios arqueológicos e coleções biológicas permite discutir, por exemplo, como se organizam os conhecimentos sobre as espécies, como a sociedade modifica os ambientes e por que certos elementos do passado precisam de conservação específica. O conhecimento científico deve ser comunicado como processo de investigação baseado em evidências, revisões e interpretações, não como sucessão de verdades prontas.

A mediação educativa pode ocorrer antes, durante e depois do contato com o acervo. Na preparação, professores identificam conhecimentos prévios, elaboram perguntas e contextualizam os materiais; na visita ou exposição, os estudantes observam, descrevem, comparam e dialogam; no retorno à escola, podem produzir registros, revisar hipóteses e relacionar a experiência ao currículo. Essa sequência não precisa ser rígida, mas torna a ação menos dependente do efeito imediato de novidade que objetos de museu costumam provocar.

[10] Idem.

Há, igualmente, uma dimensão política na escolha dos destinatários. Priorizar escolas do campo e bairros periféricos reconhece desigualdades de acesso aos equipamentos culturais, embora não as resolva por si só. Equidade demanda atenção ao transporte, às condições de acessibilidade, aos horários, à adequação etária, às formas de comunicação e à participação dos professores na preparação das visitas. É nessa convergência entre mediação crítica e condições materiais de participação que uma experiência de parceria pode adquirir relevância como política pública de educação e cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental aponta, em primeiro lugar, para a importância da cooperação entre órgãos com competências complementares. A COEP/SEDUC reúne o conhecimento das unidades de ensino, do calendário escolar e das demandas formativas; o Laboratório de Arqueologia e Paleontologia e o Museu de História Natural da UEPB oferecem acervos, repertório científico e possibilidades de mediação especializada. A parceria se estrutura, portanto, na interlocução entre educação pública municipal, pesquisa universitária e comunicação museológica (CAMPINA GRANDE, 2022).

O projeto original foi concebido sob o título “Conhecer para Preservar”, expressão que articula produção de conhecimento e responsabilidade diante do patrimônio. O acesso a coleções científicas pode fortalecer a percepção de que vestígios arqueológicos e paleontológicos integram uma história territorial mais ampla, cuja conservação depende de ações públicas, práticas institucionais e atitudes coletivas. Entretanto, a preservação não deve ser abordada como uma resposta exclusivamente individual; envolve políticas de proteção, pesquisa, documentação e gestão dos acervos.

Uma segunda contribuição verificável é a organização de duas modalidades complementares de atendimento. Em “O Museu vai à Escola”, as exposições itinerantes levam parte do acervo museológico ao ambiente escolar, ampliando as oportunidades de acesso ao conhecimento científico e ao patrimônio cultural e natural, especialmente para estudantes que enfrentam dificuldades de deslocamento. Na modalidade “A Escola vai ao Museu”, as visitas mediadas possibilitam aos estudantes conhecer os acervos em seu espaço institucional, estabelecendo contato direto com coleções, profissionais especializados e práticas de pesquisa, conservação e salvaguarda patrimonial. Em 2026, o projeto passou a priorizar o atendimento às unidades escolares localizadas na zona rural de Campina Grande, especialmente as escolas do campo, bem como àquelas situadas em bairros periféricos de difícil acesso, buscando reduzir as desigualdades territoriais no acesso aos equipamentos culturais e científicos. Na área urbana,

o atendimento contemplou prioritariamente as Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino. Essa organização evidencia o compromisso da iniciativa com a democratização do acesso ao patrimônio e ao conhecimento científico, articulando critérios de equidade territorial às especificidades das diferentes realidades escolares.

Tais escolhas conferem ao projeto uma orientação territorial e inclusiva, mas requerem avaliação cuidadosa. O fato de priorizar públicos menos atendidos indica intenção de equidade; não constitui, isoladamente, prova de que todas as barreiras foram superadas. A consolidação dessa diretriz depende de acompanhar solicitações, deslocamentos realizados, escolas não contempladas e necessidades específicas de acessibilidade.

O terceiro eixo diz respeito à diversidade de materiais e acervos explorados nas atividades pedagógicas. Tanto nas exposições itinerantes quanto nas visitas presenciais ao Museu de História Natural da UEPB, são apresentados materiais relacionados à Paleontologia, à Arqueologia e à História Natural, incluindo fósseis da megafauna nordestina, urnas funerárias dos povos originários e vestígios associados aos diferentes processos de ocupação do território. Esses acervos possibilitam a abordagem de distintas temporalidades, favorecendo a compreensão das relações entre as transformações ambientais, os modos de vida das sociedades e as experiências históricas. Nesse contexto, a mediação educativa desempenha papel fundamental ao estabelecer conexões entre o conhecimento científico, o patrimônio cultural e os conteúdos curriculares. Uma abordagem cientificamente fundamentada requer, contudo, a distinção entre o tempo geológico e o tempo histórico, bem como o reconhecimento dos limites das interpretações atribuídas aos diferentes vestígios materiais. A compreensão do patrimônio arqueológico paraibano encontra respaldo nos estudos de Almeida (1979), Brito (2007), Oliveira (2011) e Santos (2014), que contribuem para a contextualização histórica e científica desses acervos e para sua valorização como fontes de conhecimento e preservação da memória.

Ao entrar em contato com fósseis, a turma pode indagar sobre espécies extintas, mudanças climáticas e evidências utilizadas pela Paleontologia. Diante de materiais arqueológicos, perguntas sobre fabricação, usos, circulação e contextos de achado podem tornar visível o trabalho de pesquisa por trás do objeto exposto. A mediação, nesse sentido, não reduz a coleção à sua aparência: apresenta procedimentos de produção de conhecimento e estimula a compreensão do patrimônio como fonte de investigação.

É particularmente relevante evitar generalizações sobre os povos indígenas. Vestígios de diferentes épocas, materiais e localidades não representam uma cultura única e homogênea. As referências arqueológicas precisam ser trabalhadas em diálogo com a diversidade de povos originários e com sua presença contemporânea, para não reforçar a ideia de que as populações

indígenas pertencem apenas ao passado. A mesma cautela vale para narrativas centradas exclusivamente na colonização portuguesa, que podem invisibilizar trajetórias e protagonismos anteriores e posteriores.

A itinerância museológica ainda pode desencadear atividades interdisciplinares de registro, descrição e comparação. Desenhos de observação, rodas de conversa, mapas, linhas do tempo e perguntas produzidas pelos próprios estudantes são possibilidades didáticas coerentes com a proposta. Não são, porém, apresentados aqui como procedimentos comprovadamente realizados em todas as turmas: representam desdobramentos que as escolas podem adaptar a seus planejamentos e condições de trabalho.

O quarto eixo identificado na análise documental refere-se à formação continuada dos professores como dimensão estruturante da parceria estabelecida entre a Coordenação de Educação Patrimonial (COEP/SEDUC) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). As ações formativas articularam conhecimentos teóricos e experiências práticas. Além da formação de abril de 2022, dedicada à arqueologia da Paraíba e aos sítios arqueológicos de Campina Grande e seu entorno, destaca-se a formação de campo realizada em abril de 2024 no município de Ingá. Participaram da atividade 25 professores de História da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande. O percurso contemplou as Itacoatiaras do Rio Ingá, conhecidas como Pedra do Ingá, conjunto de gravuras rupestres reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como o primeiro monumento de arte rupestre protegido no Brasil, além do Museu de História Natural e do centro histórico do município. A programação incluiu a Igreja Matriz e espaços ligados à economia solidária e aos saberes tradicionais locais, permitindo conhecer manifestações do patrimônio material e imaterial, como o artesanato e o modo de fazer o labirinto. A mediação do percurso contou com Antônio Marcos Pereira dos Santos, então secretário adjunto de Esporte e Turismo de Ingá. A reportagem institucional publicada pela Prefeitura de Campina Grande em 29 de abril de 2024 documenta a realização da atividade e registra a avaliação positiva de uma docente participante, que ressaltou o valor da vivência presencial para ampliar seus repertórios de ensino e sua segurança na condução de visitas com estudantes (PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE, 2024). Essas experiências evidenciam a importância de aproximar a produção científica, a vivência nos espaços patrimoniais e o planejamento pedagógico, sem que a percepção favorável das participantes seja tomada, isoladamente, como comprovação de impacto na aprendizagem discente.

Nesse aspecto, a atuação universitária pode ultrapassar a divulgação pontual de coleções e ampliar-se para uma relação continuada de formação, produção de materiais e avaliação das

atividades. A troca deve ser de mão dupla: pesquisadores compartilham referências sobre arqueologia, paleontologia e museologia, enquanto professores contribuem com conhecimento dos estudantes, das turmas e das realidades escolares. Não se trata de subordinar o ensino básico às formas universitárias de comunicar ciência, mas de criar mediações adequadas a públicos específicos.

A reportagem institucional de outubro de 2022 acrescenta evidência de execução ao planejamento piloto. Na Escola Lions Prata, a mediação foi conduzida pela bolsista de História da UEPB Thamires Cavalcante, com acompanhamento da professora Priscilla Formiga, sob coordenação do curador do museu, Dr. Juvandi de Souza Santos. Foram apresentados materiais sobre arqueologia e história natural da Paraíba, incluindo vestígios de fauna e flora e fósseis. A matéria anunciava a ida das turmas ao museu cerca de quinze dias após a visita itinerante, evidenciando a intenção de articular as duas modalidades desde o início (PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE, 2022).

Os registros acrescentados ao manuscrito descrevem, em 2025, visitas pedagógicas de turmas do Ensino Integral, incluindo estudantes de 3º, 4º e 6º anos. As ações combinaram apresentação educativa sobre preservação do patrimônio histórico e natural, noções introdutórias de Arqueologia e Paleontologia e visitação mediada aos acervos. O relato destaca curiosidade e participação dos estudantes, dimensões relevantes para a experiência educativa, embora não acompanhadas de instrumentos sistemáticos de mensuração da aprendizagem.

As autoras relacionam essas atividades às diretrizes do Plano Municipal de Educação e ao desenvolvimento de ações em parceria com instituições públicas. A reportagem de 2022 associa a iniciativa à meta 7.5 do Plano Municipal de Educação (PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE, 2022). Para citação literal ou análise normativa da meta, recomenda-se conferir sua redação no documento legal oficial.

Segundo os dados de atendimento incorporados ao manuscrito, a edição de 2025 alcançou aproximadamente mil estudantes de 16 escolas de Ensino Integral. Essa informação evidencia a ampliação relatada do público, mas trata-se apenas de uma estimativa considerando ausência de conferência da relação nominal das unidades por parte do Museu em relação aos registros de participação.

O quinto eixo refere-se aos desafios relacionados à implementação e à continuidade do projeto, especialmente no que diz respeito às condições logísticas necessárias à realização das visitas pedagógicas ao museu. Desde sua formulação, o projeto reconhecia a importância do apoio da gestão municipal na disponibilização de transporte escolar, condição indispensável para assegurar o deslocamento dos estudantes. Entretanto, um dos principais

entraves identificados ao longo de sua execução refere-se ao tempo disponibilizado para as atividades, atualmente limitado a duas horas, período que compreende tanto os trajetos de ida e volta quanto a permanência no museu. Esse intervalo mostra-se insuficiente, sobretudo quando consideradas as distâncias entre determinadas unidades escolares e o equipamento museológico, além de eventuais atrasos no transporte. Como consequência, o tempo efetivamente destinado às atividades educativas torna-se reduzido, comprometendo, em algumas ocasiões, a realização integral da programação prevista, que contempla momentos de exposição dialogada, palestras e visitação mediada aos acervos. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de ampliar o tempo destinado às visitas e de aprimorar o planejamento logístico, de modo a garantir condições mais adequadas à mediação educativa, à participação dos estudantes e ao aproveitamento pedagógico das experiências proporcionadas pelo museu.

Há desafios adicionais de conservação e circulação. Exposições itinerantes precisam considerar a natureza das peças, as condições de transporte e manuseio, a segurança dos materiais e a adequação da linguagem interpretativa. Nem todo exemplar pode circular, e o uso de réplicas, registros fotográficos ou suportes explicativos pode ser pedagogicamente apropriado quando acompanhado da distinção entre original e reprodução. A mediação deve também prever formatos acessíveis a estudantes com diferentes necessidades de comunicação, mobilidade e aprendizagem.

Em síntese, os materiais permitem identificar a constituição da parceria entre SEDUC e UEPB, a adoção de duas modalidades complementares de atendimento, a formação de professores e relatos de ampliação do público ao longo da execução. Esses resultados dizem respeito à organização e à abrangência da iniciativa; não equivalem, por si mesmos, à comprovação de ganhos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do projeto “O Museu vai à Escola / A Escola vai ao Museu” evidencia a relevância de integrar museus, universidades e escolas da rede pública em processos educativos que relacionam patrimônio, ciência e território. O programa concebido pela COEP/SEDUC em parceria com a UEPB, a partir de 2022, parte da compreensão de que os acervos de história natural, paleontologia e arqueologia podem ampliar as experiências formativas da Educação Básica quando mediados por propostas adequadas aos estudantes e aos componentes curriculares. O cotejamento entre o planejamento de 2022, o registro jornalístico da atividade inaugural e a documentação posterior ajuda a reconstituir a continuidade e as adaptações do projeto até 2026, distinguindo propostas, realizações descritas e efeitos ainda não mensurados.

A organização do projeto em duas modalidades complementares constitui um de seus aspectos centrais. A realização de exposições itinerantes nas unidades escolares e a promoção de visitas mediadas ao museu configuram estratégias pedagógicas voltadas à democratização do acesso aos bens culturais e científicos, contribuindo para a redução das desigualdades de oportunidades educativas. Desde sua concepção, a iniciativa contemplou não apenas a formação continuada dos professores, mas também a preocupação com as condições operacionais necessárias à sua execução, especialmente no que se refere à disponibilização de transporte escolar. Ao longo dos quatro anos de desenvolvimento do projeto, o público-alvo foi progressivamente ampliado, contemplando estudantes de diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, embora tenha predominado o atendimento aos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente às turmas do 6º ano. Em 2026, a definição das prioridades de atendimento passou a privilegiar as escolas do campo e as unidades localizadas em bairros periféricos de Campina Grande, considerando as dificuldades de acesso desses estudantes aos equipamentos culturais e científicos. Essa orientação reafirma os princípios da Educação Patrimonial, compreendida como prática educativa comprometida com a valorização das referências culturais dos diferentes territórios, a promoção da equidade e a garantia do direito de acesso à cultura, à memória e ao conhecimento científico.

Do ponto de vista das contribuições, o projeto oferece condições para tratar a ciência como investigação e o patrimônio como campo de perguntas sobre sociedades, biodiversidade, mudanças ambientais e formas de preservação.

A experiência reafirma, portanto, que o conhecimento do patrimônio cultural e natural não se limita às instituições responsáveis por sua guarda. Quando construído em diálogo com a escola pública, torna-se oportunidade de ampliar repertórios, problematizar narrativas sobre o território e cultivar responsabilidades compartilhadas diante das memórias e dos vestígios que nos ajudam a compreender o mundo.

AGRADECIMENTOS

À Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande, à Universidade Estadual da Paraíba e às equipes do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia e do Museu de História Natural, pela cooperação institucional que fundamenta o projeto. Aos profissionais das escolas e estudantes que dão sentido às ações educativas de valorização do patrimônio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ruth Trindade e. A arte rupestre nos Cariris Velhos. João Pessoa: Gráfica UFPB, 1979.

BRAGANÇA GIL, F. Museus de ciência: preparação do futuro, memória do passado. Revista de Cultura Científica, v. 3, p. 72-89, 1988.

BRITO, Vanderley de. A Pedra do Rio Ingá: Itacoatiaras na Paraíba. João Pessoa: JCR Editora, 2007.

CONSTANTIN, A. C. C. Museus interativos de ciências: espaços complementares de educação? Interciência, v. 26, n. 5, p. 195-200, 2001.

OLIVEIRA, Thomas Bruno (org.). Pré-História II: estudos para a arqueologia da Paraíba. João Pessoa: JRC Editora, 2011.

SANTOS, Juvandi de Souza. Estudos da tradição Itacoatiara na Paraíba: subtradição Ingá? Campina Grande: Cópias & Papéis, 2014.

SANTOS, Juvandi de Souza. Finalmente, o que são sítios arqueológicos e como identificá-los. In: Cartilha didática de Educação Patrimonial: conhecer para preservar. Campina Grande: Cópias & Papéis, 2015.

PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE (PB). Parceria da Prefeitura com UEPB leva Museu de História Natural a escolas municipais. Notícias PMCG, Campina Grande, 6 out. 2022. Disponível em: https://campinagrande.pb.gov.br/parceria-da-prefeitura-com-uepb-leva-museu-de-historia-natural-a-escolas-municipais/. Acesso em: 28 out. 2026.

PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE (PB). Secretaria Municipal de Educação. Coordenação de Educação Patrimonial. O Museu vai à Escola: exposição itinerante do Museu de História Natural da UEPB – Conhecer para Preservar. Projeto didático-pedagógico. Campina Grande: SEDUC, jun. 2022.

PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE (PB). Professores da rede municipal participam de formação em campo, em Ingá, no primeiro monumento de arte rupestre protegido no Brasil. Notícias PMCG, Campina Grande, 29 abr. 2024. Disponível em: https://campinagrande.pb.gov.br/professores-da-rede-municipal-participam-de-formacao-em-campo-em-inga-no-primeiro-monumento-de-arte-rupestre-protegido-no-brasil/. Acesso em: 29 out. 2026.